

## O Pensamento Econômico Brasileiro no Século XX: Uma Breve Nota Sobre as Principais Tendências e Rupturas

FLÁVIO A. M. DE SAES (\*)  
ALEXANDRE MACCHIONE SAES (\*\*)

Nos *Boletins Informações Fipe* foram publicados, nos últimos meses, vários artigos sobre economistas e pensadores brasileiros: Rui Barbosa, Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Roberto Campos e Antonio Delfim Netto foram objeto de estudos sobre aspectos de sua produção intelectual. Neste artigo, que procura fechar a série, tentamos traçar um quadro amplo do pensamento econômico brasileiro no século XX, identificando as principais tendências e os momentos de ruptura em que temas e orientações predominantes se alteram de modo significativo. Dada a limitação de espaço e a própria dimensão do objeto, é inevitável a existência de lacunas e a omissão de tendências e autores considerados relevantes por muitos pesquisadores. Desde já, nossas escusas por essas inevitáveis falhas.

Certamente, há um pensamento econômico brasileiro antes do século XX: basta lembrar que com a chegada da Corte portuguesa no Brasil em 1808, José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, parece ter exercido influência nas decisões econômicas então tomadas

por D. João. Além disso, foi autor de vasta obra que abrange aspectos da economia e do direito. Ao longo do século XIX, a economia política foi objeto de cursos específicos nas Faculdades de Direito de Olinda/Recife e de São Paulo e as polêmicas a respeito dos temas de política econômica revelam a existência de um “pensamento econômico brasileiro”. Não se trata, certamente, de reflexões teóricas originais e sim da adaptação ao caso brasileiro do que era produzido nos países europeus (principalmente Grã-Bretanha e França). A polêmica entre metalistas e papelistas, que se inicia em meados do século e se prolonga, a rigor, até a Primeira República, é um exemplo desse padrão do pensamento econômico brasileiro. Políticos como Souza Franco, Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), Torres Homem, Irineu Evangelista de Souza (Mauá), Rui Barbosa, Amaro Cavalcanti, Joaquim Murтинho, Pandiá Calógeras, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada entre outros, participaram, em diferentes momentos, dessas polêmicas. O foco principal se situava na política monetária e cambial, o que é compreensível por se tratar

de uma economia primário-exportadora em que as relações com o exterior têm uma posição estratégica (GREMAUD,1997).

Mas foi a partir de 1930 que o pensamento econômico brasileiro adquiriu características mais específicas. O mais conhecido estudo sobre o tema – o livro *Pensamento Econômico Brasileiro*, de Ricardo Bielschowsky – abrange o período 1930-1964 e tem como subtítulo “O ciclo ideológico do desenvolvimentismo” (BIELSCHOWSKY, 1996). Ou seja, a partir de 1930, o pensamento econômico brasileiro teve como foco o problema do desenvolvimento e progressivamente se articulou em torno da noção de “desenvolvimentismo”, com correntes a favor (sob várias nuances) e outras contra; mas a partir de 1964, essa noção cedeu lugar a outras noções que expressam o clima estabelecido a partir de então. Desse modo, 1964 pode ser indicado como marco cronológico de uma ruptura no pensamento econômico brasileiro em que o problema do desenvolvimento e as propostas desenvolvimentistas foram superados por outras temáticas.

Mas no que consistia o desenvolvimentismo?

Para Bielschowsky, o desenvolvimentismo consiste na “ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente” (BIELSCHOWSKY, 1996, p.7).

Tendo como referência essa noção de desenvolvimentismo, Bielschowsky identifica algumas tendências no pensamento econômico brasileiro antes de 1964: a neoliberal (não desenvolvimentista), três

correntes desenvolvimentistas e a socialista (próxima ao desenvolvimentismo, mas por conta de objetivos próprios).

A corrente neoliberal tinha, como principal representante, Eugênio Gudin, ao lado, entre outros, de Octavio Gouveia de Bulhões e Dênio Nogueira. Esta corrente, que se abrigava principalmente na Fundação Getúlio Vargas/RJ (fato curioso, pois a política de Vargas nada tinha de liberal), não se identificava com o desenvolvimentismo como definido acima. Fiéis ao liberalismo, recusavam as propostas desenvolvimentistas industrializantes com forte presença do Estado. Seu foco se situava no equilíbrio monetário e financeiro, condição para o bom funcionamento do mercado e, em sua perspectiva, para alcançar o máximo de eficiência. Alguma industrialização, mas sem protecionismo, era admitida, assim como a intervenção do Estado, apenas para corrigir desajustes comuns em economias subdesenvolvidas. Mas sua postura, em termos de política econômica, ficou marcada pela crítica e oposição ao desenvolvimentismo em nome dos princípios do liberalismo econômico.

As correntes desenvolvimentistas aceitavam as noções básicas acima definidas por Bielschowsky, mas o faziam com diferentes ênfases em cada caso. Os rótulos a elas atribuídos já identificam suas diferenças fundamentais: desenvolvimentismo do setor privado, do setor pú-

blico (não nacionalista) e do setor público (nacionalista).

O desenvolvimentismo do setor privado encontrou em entidades representativas da indústria, como a Fiesp e a CNI, seus principais pensadores: Roberto Simonsen em São Paulo e João Paulo de Almeida Magalhães no Rio de Janeiro. Sua peculiaridade estava na defesa da industrialização com proteção estatal ao capital nacional e protecionismo diante da concorrência externa. Favoráveis ao planejamento, admitiam a presença do capital estrangeiro sob controle e a presença moderada da empresa estatal. Assim, a ênfase na industrialização por meio da empresa nacional, com menor presença do capital estrangeiro e participação moderada do Estado (exceto no planejamento em que sua ação seria fundamental), seria a marca distintiva desta corrente.

O desenvolvimentismo do setor público não nacionalista teve Roberto Campos como seu principal representante, junto com outros economistas que participaram de órgãos como a Comissão Mista Brasil Estados Unidos e o BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) a exemplo de Lucas Lopes e Ary Torres. Como desenvolvimentistas, defendiam a industrialização, porém, com intensa participação do capital estrangeiro. Admitiam algum protecionismo e o planejamento parcial e entendiam que a empresa estatal

seria aceitável apenas na ausência de interesse do capital privado.<sup>1</sup>

O desenvolvimentismo do setor público nacionalista também se abrigou no BNDE e teve na Assessoria Econômica de Getúlio Vargas (1950-1954) importantes representantes (como Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Cleantho de Paiva Leite, Ignácio Rangel). No ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) o desenvolvimentismo nacionalista também teve espaço, mas o mais expressivo representante dessa corrente foi Celso Furtado (que profissionalmente passou pela Cepal, pelo BNDE, pela Sudene, além de ter sido Ministro do Planejamento durante algum tempo no governo de João Goulart). Distingue-se dos outros desenvolvimentismos por defender a industrialização planejada e com forte apoio do Estado. Era favorável ao capital estrangeiro, desde que sob controle e não em setores estratégicos como serviços públicos e mineração. Dava ênfase especial à presença de empresas estatais, ao planejamento (geral e regional) e ao protecionismo à indústria. Trata-se da corrente desenvolvimentista que mais se aproximou das propostas da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), órgão da ONU que teve Raúl Prebisch como seu secretário-geral e principal pensador sobretudo durante os anos 50.

Desse modo, percebe-se que havia em comum, entre as correntes

desenvolvimentistas, a aposta na industrialização como o caminho necessário para a superação do subdesenvolvimento. Além disso, combinavam em graus variáveis a aceitação do capital estrangeiro, a defesa do protecionismo, do planejamento e a presença das empresas estatais. A força dessa ideia – industrialização para superar o subdesenvolvimento – se impunha às várias correntes desenvolvimentistas, apesar de suas diferenças econômicas, sociais e intelectuais. E mesmo os liberais não podiam recusar totalmente a proposta de industrialização, embora criticassem o apoio a “indústrias artificiais”.

Embora por razões particulares, o pensamento socialista também incluía a industrialização em seu projeto político. Mesmo fora da legalidade desde 1947, o Partido Comunista Brasileiro (vinculado ao Partido Comunista da União Soviética) foi o principal formulador do que poderia se chamar de uma política de desenvolvimento. Alguns membros do PCB também participavam do Iseb, a exemplo do general do exército Nelson Werneck Sodré, de modo a sobrepor, por vezes, as ideias expressas nessas duas instituições. O objetivo último de um partido comunista seria a realização da revolução socialista. Na ausência de condições efetivas para a realização imediata da revolução, o PCB propunha uma aliança das classes populares, por ele lideradas, com a burguesia nacional

(fundamentalmente a industrial) para o controle do poder e para o combate ao latifúndio e ao seu aliado, o imperialismo (que bloqueariam o desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, o caminho para o socialismo).<sup>2</sup> A essa proposta propriamente política associavam noções relativas a uma política de desenvolvimento cujo foco seria também a industrialização como núcleo do processo de plena constituição do capitalismo e, numa perspectiva evolucionista, degrau necessário para se chegar ao socialismo. Alguns componentes dessa política seriam: industrialização planejada com base no capital nacional; forte presença da empresa estatal; planejamento governamental da economia; protecionismo; recusa do capital estrangeiro (exceto o de empréstimo) e controle da remessa de lucros; reforma agrária. Como se observa, por razões distintas, o pensamento socialista estava muito próximo, em termos de política de desenvolvimento, do pensamento desenvolvimentista do setor público nacionalista.

Convém lembrar que muitas das propostas de desenvolvimentistas e socialistas estavam embasadas em sólidos estudos históricos. Obras como as de Roberto Simonsen (*História Econômica do Brasil*), de Celso Furtado (*Formação Econômica do Brasil*) e de Nelson Werneck Sodré (*Formação Histórica do Brasil*) tornaram-se clássicos de nossa historiografia e contêm

os fundamentos analíticos que sustentam os projetos de desenvolvimento desses pensadores.

Em suma, pode-se dizer que até 1964 o “desenvolvimentismo”, enquanto um projeto de industrialização para superar o subdesenvolvimento, foi o foco das discussões presentes no pensamento econômico brasileiro. E que, depois de 1964, embora a questão do desenvolvimento em geral continue presente, não se trata mais da discussão do desenvolvimentismo enquanto uma ideologia e um projeto de desenvolvimento para o País.<sup>3</sup>

É certo que alguns diriam que o projeto econômico dos governos militares ainda era, ou pelo menos se assemelhava, ao desenvolvimentismo. Guido Mantega, por exemplo, o identifica como “desenvolvimentismo autoritário” cujos principais representantes seriam Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen (MANTEGA, 1984). No livro *A Nova Economia Brasileira* (1974), Simonsen define o que chamava de “Modelo Brasileiro de Desenvolvimento” e Campos discutia “A opção política brasileira”. Simonsen elogiava as mudanças introduzidas na política econômica desde 1964, responsáveis pelo elevado crescimento da economia no período 1968-1973. O livro foi publicado em 1974, antes, portanto, dos choques do petróleo e dos crescentes desequilíbrios que atingiram a economia brasileira desde essa época. Campos defendia

a “opção política” dos governos militares em nome da restauração da ordem, condição para a boa gestão da economia. Em linhas gerais, o “desenvolvimentismo autoritário” reafirmava a industrialização como núcleo do modelo de desenvolvimento, embora a ênfase agora fosse na manutenção do crescimento econômico e não propriamente na superação do subdesenvolvimento (e da pobreza). E nesse modelo, o Estado assumia papel decisivo. Aqui há outro componente que merece consideração, ainda que de forma exploratória: nos anos do autoritarismo, os militares assumem posição decisiva nas decisões governamentais, mesmo que atribuíssem a economistas a gestão da economia, sua visão do processo de desenvolvimento não poderia ser ignorada. Como se sabe, o projeto político dos militares (ou pelo menos de facções que detiveram o poder por certos períodos) era de constituição de um “Brasil potência”, o que exigia um sistema produtivo sólido, inclusive com a capacidade de produzir material bélico para as Forças Armadas. E caberia ao Estado investir em ramos estratégicos e mesmo em outros em que a capacidade de investimento do setor privado fosse limitada. Desse modo, o setor produtivo estatal assumiu proporções inéditas no conjunto da economia brasileira, sendo uma das características do “desenvolvimentismo autoritário”. Campos e Simonsen foram os economistas dos governos militares que melhor sistematizaram essas

ideias em livros e artigos, mas outros economistas, como Antonio Delfim Netto e João Paulo dos Reis Velloso, ministros de governos militares, deviam concordar com as noções fundamentais expressas no “modelo brasileiro de desenvolvimento” e na “opção política brasileira”, ainda que a ênfase de suas propostas políticas pudesse apresentar algumas diferenças.

Se o foco na industrialização e a forte presença do Estado na economia eram elementos que aproximavam o “desenvolvimentismo autoritário” do desenvolvimentismo dos anos 50, havia pelo menos um elemento que os distanciava; o desenvolvimentismo, seguindo os argumentos da Teoria do Desenvolvimento Econômico e mesmo da Cepal, admitia que, com a industrialização, o excedente populacional (e de mão de obra) seria absorvido por atividades “modernas”, permitindo a elevação do salário (ou do rendimento) real não só dessas parcelas modernizadas, mas também dos que, permanecendo nos setores tradicionais, deixariam de sofrer a pressão do excedente de mão de obra. Assim, o combate à pobreza e a superação do subdesenvolvimento seriam decorrentes do processo de industrialização. Nos governos militares, observou-se substancial concentração da renda (que levou até mesmo o general Médici, como presidente, a declarar em pleno milagre: “a economia vai bem, mas o povo vai mal”), resultado das polí-

ticas de renda adotadas no período (principalmente a salarial). Desse modo, o “modelo brasileiro de desenvolvimento”, elogiado pelos economistas do governo, passou a ser objeto de críticas da parte de economistas que, de certo modo, eram herdeiros do desenvolvimentismo dos anos 50.

Um dos mais insistentes críticos do “modelo brasileiro de desenvolvimento” foi Celso Furtado, numa crítica que vai além da política dos governos militares, pois procura mostrar a “armadilha histórica do subdesenvolvimento” em que o Brasil e tantos outros países haviam se enredado. Em várias obras – desde *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1965), *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974) até *Brasil: a Construção Interrompida* (1992), entre muitos outros – Furtado aponta o caráter perverso do modelo de desenvolvimento periférico por sua forma de inserção na economia mundial. Já mostrava que o modelo brasileiro dos governos militares exigia, para garantir o crescimento e a acumulação de capital, uma política deliberada de concentração de renda e, conseqüentemente, a ação repressiva sobre os setores sociais vítimas dessa política. Mas essa concentração da renda, fruto da política de rendas dos governos militares, também decorria da forma pela qual o progresso técnico, produzido nas economias centrais, era absorvido na periferia, mais por meio da incorporação de

novos bens de consumo ao padrão de vida de parcelas da população que por processos produtivos mais aperfeiçoados. Quando se dá a industrialização, o perfil dessa demanda “modernizada” determina também a estrutura do sistema produtivo, altamente poupador de mão de obra. Assim, a esperada absorção do excedente de mão de obra não ocorreu, os níveis salariais permaneceram baixos e não se alcançou a homogeneização social que caracterizaria a superação do subdesenvolvimento. Em suma, o tema “desenvolvimento” continuou presente nas reflexões de Furtado, não mais para a elaboração de propostas de política (desenvolvimentistas) e sim como análise crítica da forma de desenvolvimento das economias periféricas por sua inserção na economia mundial.

Nos anos 60 e 70 surge outra visão crítica do desenvolvimento brasileiro e da periferia em geral: trata-se das contribuições à chamada Teoria da Dependência. Andre Gunder Frank (*Desenvolvimento do subdesenvolvimento*), Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso (*Dependência e desenvolvimento na América Latina*), Theotonio dos Santos (*Imperialismo e dependência*), Rui Mauro Marini (*Dialética da dependência*) são alguns dos que elaboraram diferentes versões para a Teoria da Dependência. Em revisão da Teoria da Dependência, Fernando Henrique Cardoso definiu a questão que aparecia como

“ponto de clivagem” entre os dependentistas:

– existem os que creem que o “capitalismo dependente” baseia-se na superexploração do trabalho, é incapaz de ampliar o mercado interno, gera incessantemente desemprego e marginalidade e apresenta tendências à estagnação e a uma espécie de constante reprodução do subdesenvolvimento (como Frank, Marini e, até certo ponto, dos Santos);

– existem os que pensam que, pelo menos em alguns países da periferia, a penetração do capital industrial financeiro acelera a produção da mais valia relativa, intensifica as forças produtivas e, se gera desemprego nas fases de contração econômica, absorve mão de obra nos ciclos expansivos, produzindo, neste aspecto, um efeito similar ao do capitalismo nas economias avançadas, onde coexistem desemprego e absorção, riqueza e miséria” (CARDOSO, 1980, p.105).

Apesar dessa divergência, Cardoso entende que era comum aos dependentistas a noção de que um desenvolvimento autônomo era improvável nas economias periféricas, o que conduzia a outra implicação. Nas palavras de Cardoso:

“Não quero discutir aqui o acerto ou o engano dessa afirmação [de

que o desenvolvimento autônomo era improvável]. Quero apenas qualificar: no polo oposto (e descontinuo) da teoria da dependência o que se vislumbrava não era o desenvolvimento autóctone mas... o socialismo. Este por certo não se tornou explícito em muitos autores, mas a crítica à possibilidade do “desenvolvimento”, especialmente no que se refere ao “desenvolvimento nacional”, havia sido o ponto de partida da análise de Dos Santos, Quijano, Marini, Faletto e Cardoso, para mencionar apenas alguns autores” (CARDOSO, 1980, p. 142).

A teoria da dependência exerceu forte impacto no pensamento econômico, social e político brasileiro, mas perdeu força ao longo do tempo, fruto, em parte, das crescentes divergências entre autores e também da falta de maior precisão conceitual em sua argumentação.

Nos anos 70 também surgiu a crítica ao desenvolvimentismo cepalino e à teoria da dependência por meio de obras produzidas na Unicamp por Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga Belluzzo e, em especial, por João Manuel Cardoso de Mello (*O Capitalismo Tardio*): tratava-se de compreender o desenvolvimento brasileiro como uma forma específica de desenvolvimento capitalista (tardio), e não genericamente como uma economia periférica ou dependente.

As obras de Furtado e a Teoria da Dependência talvez sejam os principais exemplos de reflexões produzidas nos anos 60 e 70 que, embora ainda tenham como referência geral a questão do desenvolvimento, não mais a tratam sob a ótica do “desenvolvimentismo”. Não se trata mais de formular projetos de desenvolvimento econômico e político e sim de fazer a crítica do processo efetivo de desenvolvimento para realçar seu caráter perverso e suas limitações.

Na verdade, não há consenso quanto à abrangência do que se poderia chamar a “era desenvolvimentista”. Bielschowsky e Mussi, por exemplo, a identificam com os anos 1930-1980 (BIELSCHOWSKY, 2011, p.11). Já Maria Malta e seus colaboradores, ao proporem uma abordagem da História do Pensamento Econômico Brasileiro entre 1964 e 1989, entendem que o “tema do desenvolvimento é o organizador do pensamento e do debate econômico no país” e que, “embora nos anos 80 se verifique uma crise do pensamento desenvolvimentista, ainda se preservavam as esperanças de transformar o desenvolvimento do regime autoritário em um desenvolvimento com direção política mais democrática” (MALTA, 2011, p. 24). Registramos essa divergência, sem entrar no âmago da discussão; no entanto, nossos argumentos procuram mostrar que, nos anos 80, o pensamento econômico brasileiro se afastou dos temas e problemas do desenvolvimentismo.

Em 1990, a *Revista de Economia Política* publicou artigo de Mario Possas sob o título “A economia política no Brasil hoje” (POSSAS, 1990). Na seção 2 do artigo, dedicada aos principais temas em discussão no País, o autor propôs “um debate sintético... dentro de três correntes: a marxista/neomarxista, a neo-ricardiana e a pós-keynesiana”. Esclarecia não considerar no texto abordagens keynesianas sob enfoque predominantemente neoclássico e temas muito específicos ligados à economia brasileira, priorizando ainda intervenções teóricas sobre as empíricas e históricas. Importa destacar, em relação a esse artigo, primeiro a existência no Brasil nos anos 80 de um volume de produção teórica que dava ao autor material suficiente para elaborar um balanço sobre correntes e temas em discussão. Em segundo lugar, lembrar que um artigo com esse título escrito 20 anos antes certamente teria seu foco, não em questões de teoria econômica, e sim em questões relacionadas ao desenvolvimento econômico em seus vários aspectos. As opções do autor indicam que o pensamento econômico brasileiro do final dos anos 80 valorizava, em termos de Economia Política, questões teóricas discutidas no Brasil, mas claramente referidas aos debates realizados nos principais centros acadêmicos estrangeiros. Ou seja, aqui, como lá fora, o tema desenvolvimento deixara de ser prioritário numa discussão sobre

Economia Política realizada no âmbito acadêmico.

Mesmo a coletânea coordenada por Maria Malta, anteriormente referida, inclui vários artigos cujo foco não é o pensamento econômico dos anos 80: Celso Furtado na controvérsia internacional, *modus operandi* do regime militar, debate sobre a tendência à estagnação, debate distributivo no “milagre”, controvérsia sobre os padrões de acumulação, revolução brasileira e presença de Florestan Fernandes são temas situados principalmente nos anos 70, por vezes até mesmo nos 60 e 50. Embora sejam resultados parciais de uma pesquisa mais ampla, sugerem que as questões dos anos 80 não se mostraram prioritárias para os pesquisadores, ao menos nessa etapa.

Portanto, na nossa perspectiva, cabe perguntar por que nos anos 80 e 90, o tema desenvolvimento, sob a perspectiva desenvolvimentista, deixou de constar da pauta das discussões entre os economistas brasileiros? Não temos uma resposta plenamente articulada, apenas algumas hipóteses isoladas que talvez possam ajudar a compor um quadro mais geral.

O crescente predomínio do pensamento neoclássico e de tendências liberais no mundo acadêmico internacional tendia a deixar espaço cada vez menor para as questões relativas ao desenvolvimento na forma como eram discutidas nos

anos 50 e 60. Os manuais de desenvolvimento, por exemplo, passaram a abarcar uma ampla variedade de temas não tendo mais como núcleo da transformação das economias subdesenvolvidas (termo que, aliás, foi sendo substituído por economias em desenvolvimento).

Essas influências internacionais penetraram no Brasil de forma crescente: por um lado, a partir de meados dos anos 60, professores norte-americanos vieram lecionar em cursos de pós-graduação recém-criados no Brasil. Usaid e Fundação Ford bancavam, por meio de convênios, a vinda desses professores. Por outro lado, ainda com o apoio dessas instituições, professores e estudantes de economia foram enviados aos Estados Unidos para a obtenção de seus doutorados. Era natural que, ao retornarem ao Brasil, passassem a difundir o pensamento econômico em que haviam se formado no exterior, especialmente quando integrados aos cursos de pós-graduação que eram criados em várias universidades brasileiras. Loureiro identifica, nesse movimento, a internacionalização da ciência econômica no Brasil, em claro contraste com o padrão do conhecimento econômico da era desenvolvimentista (LOUREIRO, 1997, p. 64-65).

Além disso, os problemas da economia brasileira nos anos 80 e mesmo nos 90 induziam reflexões dirigidas a temas imediatos (infla-

ção, crise da dívida externa, déficit público e crise financeira do governo etc.) mais propícios de serem tratados pela ciência econômica dominante na academia norte-americana. No entanto, mesmo aqueles formados numa tradição desenvolvimentista não podiam se furtar a dar respostas a esses problemas urgentes, o que afastava o debate econômico das questões de longo prazo, portanto, do desenvolvimento. Algumas contribuições originais do pensamento econômico brasileiro surgiram nesses anos, em especial em torno do problema da inflação: indo além da polêmica das décadas anteriores entre monetaristas e estruturalistas, diversas análises da inflação em termos de seu componente inercial inspiraram os sucessivos planos de controle da inflação, desde o Plano Cruzado até o Plano Real. Francisco Lopes, Lara Rezende e Arida, Bresser Pereira e Nakano, entre outros, deram contribuições à compreensão desse mecanismo de propagação inflacionário.

Nesses anos 80 e 90 também emergia forte movimento no plano internacional no sentido de propor medidas para os países periféricos (ou da América Latina) enfrentarem seus desequilíbrios: sistematizados pelo economista John Williamson sob o rótulo de “Consenso de Washington” implicavam profundas mudanças. Williamson arrola dez propostas: disciplina fiscal, reordenamento dos gastos públicos, reforma fiscal, libera-

lização das taxas de juros, taxa de câmbio competitiva, abertura comercial, abertura financeira, privatização, desregulamentação. A adoção dessas medidas implicava, a rigor, a definição de um projeto econômico ou, se quisermos, um novo projeto de desenvolvimento (mesmo que o termo não estivesse explicitamente colocado). Em que pese a recusa dos seus formuladores, esse projeto se aproximava das propostas do neoliberalismo que, no plano acadêmico e mesmo entre ampla parcela da classe política, se tornou dominante. As mudanças introduzidas no Brasil a partir de 1990 (Governo Collor) caminharam nessa direção, mesmo que sua implementação fosse parcial e que seus executores recusassem a filiação ao Consenso de Washington e ao neoliberalismo. O sucesso do Plano Real no combate à inflação, em parte sustentado pela âncora cambial, fortaleceu a manutenção e ampliação das políticas delineadas desde o início dos anos 90.

A amplitude dessas mudanças gerou reações entre economistas que questionavam sua adequação para enfrentar os problemas da economia brasileira: abertura comercial e financeira, privatizações, desregulamentação passaram a ser objeto de críticas que, embora mais voltadas aos efeitos imediatos das medidas, expressavam outra proposta de desenvolvimento. Um exemplo são obras como as de Reinaldo Gonçalves, cujos títulos expressam o sentido da crítica

à política do governo: *Ô Abre Alas* (1994); *Globalização e Desnacionalização* (1999).

No primeiro governo Lula, as linhas gerais da política macroeconômica foram mantidas, frustrando muitos de seus eleitores que esperavam mudanças profundas na orientação da política econômica e gerando reações contrárias a ela. Uma análise da opção do governo Lula foi feita, por exemplo, no livro de Leda Paulani, *Brasil Delivery*, título expressivo da análise crítica conduzida àquela política.

Esta breve e incompleta revisão do pensamento econômico brasileiro desde os anos 80 indica a prevalência de polêmicas centradas em questões de política econômica, mesmo quando suas implicações pudessem indicar uma significativa mudança de rumo no padrão de desenvolvimento brasileiro. Por exemplo, os dez pontos do Consenso de Washington eram apresentados mais como “medidas corretas” para a gestão da política econômica dos países da América Latina do que como um verdadeiro programa de reestruturação dessas economias com impactos decisivos no longo prazo (ou seja, como um projeto de desenvolvimento).

Nas primeiras décadas do século XXI, tentativas de recuperar uma perspectiva de longo prazo ressurgiram significativamente sob os rótulos de novo desenvolvimentismo e social desenvolvimentismo.

Bastos, em minuciosa pesquisa sobre as origens dessas correntes, identifica o “novo desenvolvimentismo” como o “desenvolvimentismo exportador do setor privado” cuja defesa ficou associada principalmente a Bresser Pereira; já o “social desenvolvimentismo” seria o “desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado”, corrente mais próxima do desenvolvimentismo clássico. Bastos cita Guido Mantega, Luciano Coutinho e a própria Dilma Rousseff como defensores dessa estratégia de desenvolvimento (BASTOS, 2012). A retomada do termo “desenvolvimentismo”, mais do que uma simples analogia formal com a tradição do pensamento econômico brasileiro do século XX, tem a virtude de mostrar que os rumos da economia, embora submetidos a restrições gerais, respondem a decisões políticas, não podendo ser encarados como um caminho “natural”. O que por vezes é vendido como a alternativa correta, natural, necessária, na verdade é uma alternativa, entre outras, fruto de decisões políticas com implicações para o destino da economia e da sociedade.

Acreditamos que esta breve revisão do pensamento econômico brasileiro no século XX tenha mostrado como, em cada momento, há alternativas em confronto, alternativas que, de modo explícito ou não, embutem projetos políticos e econômicos diferentes, com importantes reflexos sociais. Nos



dias de hoje, em que questões críticas são, por vezes, decididas no “calor da hora”, a história do pensamento econômico sugere a necessidade de reflexão mais detida sobre a natureza e a repercussão de decisões aparentemente “naturais” com impacto social nitidamente assimétrico.

- 2 Caio Prado Júnior, apesar de membro do PCB (pelo qual se elegeu deputado em 1945), divergia da estratégia política oficial do partido. Em 1966, publicou o livro *A Revolução Brasileira*, em que expôs suas divergências e que marca também sua ruptura com o PCB.
- 3 Temas mais conjunturais também mobilizaram o pensamento econômico brasileiro, porém, de forma subordinada à questão do desenvolvimento: exemplo típico foi a polêmica a respeito da inflação que opôs monetaristas a estruturalistas.

## Referências

BASTOS, P.P.Z. A economia política do novo desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*. v. 21, Número Especial, p. 779-810, 2012.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: MALTA, M.M. (coord.). *Ecossistemas do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea: Centro Internacional Celso Furtado, 2011, p. 9-14.

CARDOSO, F.H. *As ideias e seu lugar. Ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

GREMAUD, A.P. *Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República*. Tese (Doutorado). São Paulo: FEA/USP, Departamento de Economia, 1997.

LOUREIRO, M. R. *Os Economistas no governo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MALTA, M.M. Nota introdutória. In: MALTA, M.M. (coord.) *Ecossistemas do Desenvolvimento*, 2011, p.15-22.

MANTEGA, G. O desenvolvimentismo autoritário. In: LOUREIRO, M.R. (org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996)*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 112-121.

POSSAS, M. A economia política no Brasil hoje. *Revista de Economia Política*, v.10, n. 2 (38), p. 95-114, abr.-jun.1990.

1 Roberto Campos ficou mais conhecido, no final do século XX, como o principal defensor do liberalismo no Brasil sob a influência do pensamento de F. Hayek. Entre o Campos desenvolvimentista dos anos 50 e o liberal do final do século, há ainda o Campos ministro do governo militar e economista que defendeu, em muitos escritos, propostas inerentes ao regime autoritário.

(\*) Professor Titular do Departamento de Economia – FEA/USP.

(\*\*) Professor do Departamento de Economia – FEA/USP e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica – FFLCH/USP.  
(E-mail: alexandre.saes@usp.br)